



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANDERSON MIGUEL DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS FEDERAIS DO NORDESTE E
DO NORTE: PRINCÍPIOS POLÍTICOS E INVESTIMENTOS**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2025

ANDERSON MIGUEL DE OLIVEIRA

**POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS FEDERAIS DO NORDESTE E
DO NORTE: PRINCÍPIOS POLÍTICOS E INVESTIMENTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Érica Cristina Alexandre Winand

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2025

POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS FEDERAIS DO NORDESTE E DO NORTE: PRINCÍPIOS POLÍTICOS E INVESTIMENTOS

ANDERSON MIGUEL DE OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Profa. D.ra Érica Cristina Alexandre Winand
(Orientadora)

M.a Flora Oliveira Fonseca
(Membro convidado- Externo)

Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro
(Membro convidado- Interno)

À minha irmã, Kelvia, lutadora infatigável, seu coração amoroso, forte e corajoso pulsa em todos nós. Saudades eterna.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um percurso coletivo, construído com apoio, incentivo, perdas e muitos sacrifícios.

Agradeço a minha família por todo o incentivo e investimento em mim. Obrigado por sempre acreditar e apoiar meus sonhos, mesmo este, que nutri com tanto medo e por tanto tempo escondi, pois achei que seria impossível para alguém com minha origem, de escola pública e sem condições financeiras, sair do agreste alagoano para estudar RI em outro estado.

Aos meus pais, Quitéria e José Miguel que, apesar de não terem a oportunidade de concluir os estudos, me ensinaram sobre o poder transformador da educação. Obrigado por todos os ensinamentos e por todo apoio e amor incondicional. Vocês são o que eu tenho de mais precioso.

À minha irmã, obrigado por me ensinar tanto, principalmente sobre resiliência, trabalho duro e sobre o amor incondicional. Jamais vou superar você não estar aqui pra me abraçar e levantar minha autoestima. Você vive em mim!

Aos meus sobrinhos, Klesley e Kauan, que me fortalecem e me motivam a continuar desbravando novos caminhos e abrindo novas portas.

À todos os professores do DRI, foi uma honra aprender com professores e pesquisadores altamente capacitados.

À minha orientadora, Érica Winand, sou extremamente grato por todos os ensinamentos na academia e no trabalho. Trabalhar na CORI me encheu de conhecimentos, novas oportunidades e renovou minhas energias. Obrigado por sua paciência e confiança.

Às assistentes sociais da PROEST/UFS, especialmente à Sueli, que me acompanhou, me incentivou e torceu por mim.

À Eli e ao Jorge, jamais serei tão feliz em um emprego como fui feliz trabalhando com vocês. Muito obrigado por todos os ensinamentos, lanches, fofocas e pela amizade.

Ao Isaac, sua amizade é o maior presente que ganhei em Sergipe. Não tenho palavras para agradecer sua presença e apoio em meus melhores e piores momentos.

À Larissa e Samara, agradeço pelo acolhimento, amizade e apoio dentro e fora das aulas.

Ao meu marido, seu amor e paciência foram fundamentais para que eu concluísse essa etapa tão importante da minha vida. Te amo!

RESUMO

A internacionalização é uma pauta tardiamente inserida nos planejamentos das universidades federais das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Somando a isso, essas regiões são menos favorecidas em termos de investimentos do que aquelas situadas no eixo Sul-Sudeste, e essa inserção tardia resulta em processos ainda incipientes e deslocados de estratégias para a inserção das referidas regiões na comunidade global do conhecimento. Por isso, segue urgente o estudo do posicionamento da internacionalização enquanto prioridade estratégica para as universidades daquelas regiões. Como pensam e o quanto investem são perguntas que fornecem interessante ponto de partida. O objetivo deste trabalho é, a partir de uma discussão bibliográfica sobre conceitos e problemas relacionados à internacionalização da educação superior, localizar pontos de vista e investimentos de algumas universidades, no sentido de gerar indicadores iniciais para futuros pesquisadores que desejem formular perguntas mais específicas.

Palavras-chave: internacionalização do ensino superior; políticas, universidades federais, Norte, Nordeste

ABSTRACT

Internationalization is an agenda that was incorporated relatively late into the planning of federal universities in the North and Northeast regions of Brazil. In addition, these regions are less favored in terms of investment compared to those located in the South–Southeast axis, and this late incorporation results in processes that are still incipient and disconnected from strategies aimed at integrating these regions into the global knowledge community. Therefore, studying the positioning of internationalization as a strategic priority for universities in these regions remains urgent. How they conceptualize it and how much they invest are questions that provide an interesting starting point. The objective of this study is, based on a bibliographic discussion of concepts and issues related to the internationalization of higher education, to identify the perspectives and investments of some universities in order to generate initial indicators for future researchers who wish to formulate more specific questions.

Keywords: internationalization of higher education; federal universities; North; Northeast;

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1.1- Diagrama de Bardin	29
Figura 3.2.1- Mapeamento das universidades com políticas de internacionalização	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.2.1- Distribuição do orçamento do MEC em 2024 e 2025	37
Tabela 4.2.2- Distribuição do investimento por estado	38
Tabela 4.3.1- Taxa de crescimento por IFES	39
Tabela 4.3.2- Distribuição do investimento para IFES do Norte	40
Tabela 4.3.3- Distribuição do investimento para IFES do Nordeste	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 4.3.1- Concentração de investimento por Estado	41
Gráfico 4.3.2- Taxa de participação de investimentos das IFES do Nordeste	43
Gráfico 4.3.3- Taxa de participação de investimento das IFES do Norte.	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1.1- Codificação	31
Quadro 3.2.1- Resoluções encontradas	32
Quadro 3.3.2- Frequência das categorias	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CsF	Ciências sem Fronteiras
EEES	Estados aderentes ao Espaço Europeu do Ensino Superior
Euratom	Tratado Constitutivo da Comunidade Europeia da Energia Atômica
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIM	Organização Internacional para as Migrações
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA	Plano Plurianual
UE	União Europeia
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFAP	Universidade Federal do Amapá
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

UFDPAR	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFNT	Universidade Federal do Norte de Tocantins
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFT	Universidade Federal de Tocantins
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
Unifesspa	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNILAB	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
Univasf	Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Evolução da internacionalização: O Processo de Bolonha	17
2.2 Internacionalização do ensino superior brasileiro	19
2.3 Internacionalização do ensino superior: definições e novas abordagens	23
3 ANÁLISE DE CONTEÚDO: POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORTE E NORDESTE	27
3.1 Análise de conteúdo: pré-análise e exploração do material	27
3.2 Tratamento dos resultados	31
4 ANÁLISE DE INVESTIMENTO	35
4.2 Investimento das universidades	35
4.3 Análise descritiva dos investimentos	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

A internacionalização do ensino superior está cada vez mais sendo incorporada às universidades federais brasileiras. Entre outras coisas, isso ocorre em decorrência das transformações trazidas pela globalização. Nesse contexto, a literatura mostra que a internacionalização tem se adaptado e evoluído conforme as tendências globais, de forma que é reconhecida como um importante agente de mudanças, capaz de contribuir para a redução de assimetrias sociais e fomentar o desenvolvimento global.

No entanto, o processo de internacionalização não ocorre de forma homogênea entre os países, regiões ou instituições. Segundo Gomes, Machado-Taylor e Saraiva (2018), no Brasil, as universidades públicas foram criadas somente a partir de 1930. Diante desse quadro, o país enfrenta atrasos e desigualdades históricas que provocam assimetrias e desafios para a internacionalização.

Nessa perspectiva, o presente estudo propõe-se a responder à seguinte pergunta: “Como as universidades federais da região Norte e Nordeste pensam e o quanto investem em internacionalização?”. Para responder a pergunta de pesquisa, será examinado os princípios políticos e os investimentos destinados à internacionalização do ensino superior.

Ao explorar a relação entre investimento e internacionalização, o trabalho busca contribuir para o debate sobre o papel das universidades públicas como agentes de transformação social e cooperação solidária, sensível às desigualdades regionais e comprometido com os direitos humanos.

Sendo assim, o presente trabalho tem o objetivo de analisar como as universidades federais das regiões Norte e Nordeste do Brasil têm tratado suas políticas de internacionalização, considerando os princípios políticos que as sustentam e os investimentos aplicados a partir dos dados públicos obtidos no PLOA entre 2024 e 2025. Para tanto, o primeiro capítulo oferece uma introdução sobre o tema; o segundo capítulo apresenta uma contextualização a partir do referencial teórico; o terceiro capítulo aplica o método de análise de conteúdo para identificar os princípios políticos e abordagem da internacionalização; e o quarto capítulo pretende verificar o nível de investimento em internacionalização, comparando as regiões e as universidades.

Metodologicamente, no primeiro e segundo capítulo utilizou-se o método de revisão de literatura, para oferecer contexto e construir um referencial teórico robusto para compreender a evolução da internacionalização. No terceiro capítulo, foi empregado o método de análise de conteúdo segundo as técnicas desenvolvidas por Bardin (1977), que segue procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo com o objetivo de obter indicadores que permitam fazer inferências sobre os conteúdos, a fim de identificar as principais mensagens e temas abordados. Por fim, o capítulo quatro utilizou o método de estatística descritiva para interpretar os dados de investimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evolução da internacionalização: O Processo de Bolonha

Para compreender a evolução da internacionalização do ensino superior é essencial entender a evolução das universidades, principalmente no contexto do pós-guerra, sobretudo porque este período provocou transformações que repercutiram em todas as esferas da sociedade, redefinindo fronteiras, dando origem a novos fluxos migratórios e provocando o deslocamento forçado de milhões de pessoas.

Conforme Wielewicki e Oliveira (2010), o contexto do pós II Guerra Mundial, globalização da economia, queda do Muro de Berlim, formação da União Europeia e transição para o século XXI, são o prelúdio para a internacionalização do ensino superior.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, o sentimento de solidariedade se espalhou por todo continente europeu e moldou para sempre a forma que os Estados modernos se relacionam. Na Europa, a cooperação entre as nações foi imperativa para a recuperação e reconstrução dos países e suas economias, que estavam devastadas pelos horrores causados pela guerra. Além da necessidade de superar esses problemas, o desafio humanitário foi uma questão crucial que demandou o apoio mútuo entre os países, sobretudo porque a Segunda Guerra Mundial provocou o deslocamento forçado de milhões de pessoas em todo o continente.

Nesse cenário dramático, os vitoriosos da guerra foram convencidos da importância de criar uma proteção universal para proteger pessoas forçadas a deixar seu país de origem. Assim, em 1951 foi aprovada a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, sobretudo porque as circunstâncias do pós-guerra permitiram a integração dos imigrantes, pois sua mão de obra foi fundamental para reconstrução e recuperação econômica e, em consequência disso, os países tornaram-se multiculturais.

Ainda assombrados pelos horrores da Segunda Guerra Mundial, os esforços para evitar outra guerra na Europa foram direcionados para a construção do que hoje conhecemos como União Europeia (UE), símbolo da integração regional política, econômica e educacional. Segundo Santos e Filho (2012), os esforços iniciais resultaram na criação da

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951 com apenas seis países europeus.

Posteriormente, o movimento de integração europeia foi marcado pela assinatura do Tratado Constitutivo da Comunidade Econômica Europeia (CEE), do Tratado Constitutivo da Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom) e, no campo da educação, foi estabelecido o Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES), dez anos após a assinatura da Declaração de Bolonha.

A partir de Santos e Filho (2012), é possível compreender que a internacionalização do ensino superior, na Europa, foi um efeito colateral da construção da UE. Segundo os autores, inicialmente, o objetivo da CEE era criar um mercado internacional com uma política agrícola comum para estabelecer a livre circulação de produtos e medidas protecionistas no comércio internacional, e, em segundo plano, promover a livre circulação de pessoas. Paralelamente, a Euratom cultivava o objetivo mais voltado para questões de segurança, com a pretensão de desenvolver uma indústria nuclear comum.

Segundo Santos e Filho (2012), é nesse contexto que surge a primeira referência sobre a educação embutida no tópico sobre pesquisa, e desenvolvimento tecnológico, onde se prevê a cooperação tecnológica em matéria de investigação e desenvolvimento tecnológico através do incentivo à formação e à mobilidade dos pesquisadores da Comunidade, com exceção de temas relacionados a energia atômica, pois era competência da Euratom.

Além disso, outro campo que impulsionou o debate sobre a educação na UE foi a política. Os autores ressaltam que a sensação de pouca participação democrática em função da pouca transparência e pouca participação popular em debates, que muitas vezes eram limitados aos políticos, e a fragilidade cultural foram favoráveis à construção de um Espaço Europeu do Conhecimento.

“O Processo de Bolonha radica, portanto, sua extraordinária força política na capacidade que teve de capitalizar um certo descontentamento popular, numa fase da construção da Comunidade Europeia em que os cidadãos tinham a sensação de passar ao lado de todas as decisões, apresentando-lhes um projeto que, por uma vez, se propunha a dar “solidez à dimensão intercultural, cultural, social, científica e tecnológica””. (SANTOS E FILHO, 2012, p. 66)

Conforme Wielewicki e Oliveira (2010), o Processo de Bolonha iniciou em 1998 com a assinatura da Declaração de Sorbonne pela Alemanha, França, Itália e Reino Unido. Posteriormente, em 1999, a Declaração de Bolonha foi assinada por 29 países, com o objetivo de construir o EEES.

Segundo Santos e Filho (2012) o documento assinado em Bolonha traçou objetivos centrais que podem ser resumidos em: atratividade e competitividade; estabelecimento de um sistema internacional de créditos acadêmicos denominado ECTS (*European Credit Transfer System*); promoção da mobilidade; e promoção da dimensão europeia, em conteúdos, orientação e organização.

A visão dos autores é compartilhada com Wielewicki e Oliveira (2010) que resumem as prioridades da declaração em: convergência de graus acadêmicos, sistema de educação superior em dois ciclos, padronização de um sistema de créditos acumuláveis, mobilidade acadêmica, e adição da dimensão europeia da educação superior.

Além de o Processo de Bolonha possibilitar que os cidadãos europeus fossem mais ativos em sua participação política, ele representou um marco para a internacionalização do ensino superior, sobretudo porque significa a tentativa de padronizar e integrar os sistemas universitários do continente europeu. Ademais, o Processo de Bolonha transcendeu as fronteiras da UE, tendo ao todo, 47 Estados aderentes ao Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES).

2.2 Internacionalização do ensino superior brasileiro

Uma vez que o palco da História Mundial passou do oriente para o ocidente, os países europeus assumiram o protagonismo e muitas vezes o pioneirismo em momentos marcantes, principalmente na modernidade, que influenciam todo o mundo, a exemplo do Processo de Bolonha, assinado pelos ministros da educação dos países europeus em 19 de junho de 1999, e que provocou mudanças no sistema de ensino superior para além das fronteiras europeias.

A globalização ajudou a disseminar as reformas educacionais por todo o mundo, inclusive no Brasil. Em vista disso, segundo Wielewicki e Oliveira (2010), além do Processo de Bolonha, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por reformas educacionais no mundo todo. Essas reformas instauraram:

“aquilo que Hargreaves e outros (2002) denominam de ‘nova ortodoxia oficial’, um movimento que é caracterizado pela padronização em torno de políticas de avaliação, de financiamento, de formação de professores e de currículo, num processo de nítida sintonia entre tais políticas e a visão de desenvolvimento preconizada por grandes organismos financeiros internacionais como, por exemplo, o Banco Mundial”. (WIELEWICKI E OLIVEIRA, 2010, p. 222, apud. HARGREAVES et al, 2002)

Desde o Processo de Bolonha, a internacionalização da educação superior evoluiu de forma a ser reconhecida como um importante agente de mudanças, tanto em economias desenvolvidas como em sociedades menos desenvolvidas. Este documento representa um marco histórico que não apenas impulsionou a internacionalização na Europa, mas também influenciou políticas em outras regiões, como na América Latina.

Mesmo antes do Processo de Bolonha, as IES europeias já estavam familiarizadas com a dimensão internacional. Segundo Gomes, Machado-Taylor e Saraiva (2018), as primeiras IES europeias surgiram entre os séculos XII e XIII, sob autoridade da Igreja Católica e voltada para educação dos nobres. Contudo, somente a partir do século XV a educação com objetivo profissionalizante foi introduzida no ensino superior. Posterior a isso, o século XVII marcou a expansão das instituições para outros continentes, disseminando ideias liberais, integrando o ensino e a pesquisa, e fomentando a narrativa de desenvolvimento econômico local.

Assim, as instituições de ensino superior, advindas do modelo europeu, foram estabelecidas na América Latina, influenciando os países a partir de três modelos:

“O modelo Alemão ou Prussiano entendia que o objetivo principal da universidade era a criação e transmissão do conhecimento. O modelo Francês ou Napoleônico visava à formação técnica profissionalizante, como consequência das imposições da industrialização, propiciando o estabelecimento, na América Latina, de IES para cada profissão, diplomando alunos e outorgando títulos reconhecidos pelo governo. Já o modelo Anglo-Saxônico ou Newmeniano, com vínculos concentrados nas Universidades de Cambridge e Oxford, buscava a educação geral dos alunos, visando formar indivíduos especialistas para o mercado de trabalho, atendendo, assim, as necessidades das empresas da época e do próprio Estado”. (Gomes, Machado-Taylor e Saraiva., 2018, p. 130, apud MAGALHÃES, 2006, p. 130)

No Brasil, devido a suas raízes europeias, o desenvolvimento do ensino superior segue a mesma lógica das primeiras instituições europeias. Segundo, Gomes, Machado-Taylor e Saraiva (2018), o surgimento do ensino superior é marcado por duas fases: na primeira, no século XVII, os primeiros cursos superiores iniciam sob autoridade da igreja católica; e na segunda, no século XVIII, os cursos são criados com o objetivo de formar burocratas.

Assim, devido ao seu passado colonial, o sistema educacional de ensino superior brasileiro sofre influência do âmbito internacional desde seu início. Segundo Barreto e Figueiras (2007), a primeira instituição de ensino superior no Brasil foi a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, fundada no Rio de Janeiro em 1792, ainda durante o período colonial.

Segundo, Gomes, Machado-Taylor e Saraiva (2018), a primeira universidade brasileira foi criada em 1920, porém, as primeiras universidades públicas só são criadas após a junção de escolas superiores de formação profissional, fato que ocorre a partir dos anos 1930, expandindo até início dos anos 1970.

Nesse contexto de expansão, a globalização trouxe avanços e desafios que influenciaram transformações em todas as esferas da sociedade mundial. Em consequência disso, Rodrigues, Júnior e Cabello (2024) relatam que as primeiras políticas de internacionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES) ainda na década de 1960, eram definidas pela contratação de professores internacionais, atividades de mobilidade acadêmica através de bolsas de intercâmbio para brasileiros estudarem em outros países, e acordos de cooperação entre instituições.

Nessa perspectiva, a CAPES foi criada em 1951 pelo Decreto n. 29.741, para consolidar o investimento brasileiro no ensino superior especializado. Segundo o PNPG (2024-2028), a primeira década de atuação da CAPES foi definitiva para a ampliação do fluxo de capitais nacionais e estrangeiros para o ensino superior, o que foi determinante para a criação dos primeiros programas de pós-graduação no Brasil a partir de 1961.

Segundo o PNPG (2024-2028), a pós-graduação brasileira surgiu entre as décadas de 1950 e 1960, como resultado de diversos fatores como transformações geopolíticas e econômicas, acordos internacionais de cooperação, e como parte da estratégia de desenvolvimento do país.

“Um marco fundamental desse processo é a adesão do Brasil, em 1950, ao programa Ponto IV, proposto pelo presidente norte-americano Harry Truman para colaboração com pesquisadores e docentes estado-unidenses e intercâmbio de tecnologia.” (BRASIL, 2024, p.9)

Nos anos que se seguiram, a pós-graduação possibilitou a ampliação da pesquisa científica e, segundo o PNPG (2024-2028), a CAPES compreendeu a necessidade de fazer parte do que hoje conhecemos como Sociedade do Conhecimento, pois reconheceu que a industrialização e urbanização estavam profundamente vinculadas aos processos internacionais de pesquisa e inovação.

Segundo Vick (2019), a internacionalização tem ganhado relevância em discussões, aumentando sua visibilidade através da diplomacia científica. Contudo, sem uma estratégia definida, a internacionalização não pode alcançar os resultados esperados. Dessa forma, o governo federal brasileiro, criou, em 2011, o Ciências Sem Fronteiras (CsF), com foco na graduação sanduíche de estudantes de universidades federais de todo o Brasil.

Conforme Gortz e Correa (2025), o programa CsF operou entre 2011-2015, com um investimento de aproximadamente 13 bilhões de reais aplicados para a mobilidade acadêmica de estudantes da graduação e professores. De acordo com os autores, mais de 100 mil bolsas foram oferecidas, mas os autores criticam o foco em mobilidade e a distribuição desigual das bolsas por região.

Outro marco importante para a internacionalização brasileira, segundo Vick (2019), é o lançamento do Programa CAPES-PrInt em 2017, com o objetivo de construir, implementar e consolidar a estratégia de internacionalização das universidades contempladas nas áreas priorizadas pelo programa.

Assim, as IES brasileiras assumem um papel estratégico para acompanhar os efeitos da globalização. Tendo a Guerra Fria como plano de fundo, Rodrigues, Júnior e Cabello (2024), afirmam que as políticas educacionais foram impulsionadas pelos avanços tecnológicos e científicos. Para eles, essas políticas envolvem o processo de internacionalização no tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, fica evidente que o desenvolvimento do ensino superior brasileiro está relacionado ao cenário internacional, que induzido pela conjuntura do pós-guerra, provocou avanços tecnológicos que demandavam profissionais mais qualificados para atuar em um mercado de trabalho cada vez mais integrado com o resto do mundo.

2.3 Internacionalização do ensino superior: definições e novas abordagens

A internacionalização do ensino superior tornou-se pauta estratégica das universidades em todo o mundo, influenciada por transformações políticas, sociais e econômicas. Nesse cenário, compreender o significado, as abordagens e as implicações do termo é essencial para desenvolver políticas eficazes.

O termo “internacionalização”, no contexto da educação superior, possui definição elástica, como explica Knight (2020), a terminologia pode ser empregada de muitas formas, cabendo múltiplas interpretações, com significados diferentes para pessoas diferentes. Embora não seja um termo novo, seu emprego na área da educação ganhou força apenas a partir do início da década de 1980.

Para compreender seu significado, Knight (2020) argumenta que, primeiramente, é preciso entender a internacionalização como uma “ização”, ou seja, como um processo de mudança, e não como um “ismo”, que remete a uma ideologia. Isto é, a internacionalização não é uma ideologia. A segunda diferenciação importante, apontada pela autora, diz respeito a globalização e a internacionalização: enquanto a internacionalização envolve a relações entre países, a globalização refere-se à ideia de dimensão mundial.

Em terceiro lugar, ainda segundo a autora, é necessário distinguir entre definição e descrição. Em suas palavras:

“Para uma definição, os elementos fundamentais do conceito devem estar incluídos. Os elementos essenciais de uma definição geralmente não mudam ao longo do tempo nem variam de circunstância [...]. Uma descrição, por sua vez, inclui características ou detalhes específicos, como razões, estratégias, atores ou resultados.” (KNIGHT, 2020, p. 23)

Uma vez compreendido as diferenças apontadas por Knight, a autora é responsável por introduzir a definição mais comumente utilizada: “ *the process of integrating an international, intercultural or global dimension into the purpose, functions or delivery of post-secondary education.* ”¹(KNIGHT, 2004, p. 11).

¹ Tradução nossa: “o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global aos objetivos, funções ou oferta da educação pós-secundária.

Após definir o termo, é crucial compreender as razões pelo qual uma instituição, país, região, ou outro ator decide se envolver com a internacionalização. Segundo Knight (2020):

“As razões se refletem nas políticas e programas que são desenvolvidos e acabam sendo implementados. As razões ditam o tipo de benefícios ou resultados esperados. Sem um conjunto claro de razões, acompanhadas por um conjunto de objetivos e definições de políticas um plano de implementação e um sistema de monitoramento/avaliação, o processo da internacionalização é, muitas vezes, uma resposta *ad hoc*, relativa e fragmentada ao enorme número de novas oportunidades internacionais disponíveis” (KNIGHT, 2020, p. 29)

Baseado na definição de Knight, De Wit et al (2015), propõe uma nova definição:

“o processo intencional de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções e na oferta da educação pós-secundária a fim de fomentar a qualidade da educação e da pesquisa para todo o corpo discente, docente e funcional, e dar uma contribuição significativa à sociedade” (De Wit, et al, 2015, p)

Da mesma forma, o termo “internacionalização abrangente”, introduzido por Hudzik (2011) foi bastante conhecido e pode ser definido como o:

“is a commitment, confirmed through action, to infuse international and comparative perspectives throughout the teaching, research, and service missions of higher education. It shapes institutional ethos and values and touches the entire higher education enterprise. It is essential that it be embraced by institutional leadership, governance, faculty, students, and all academic service and support units. It is an institutional imperative, not just a desirable possibility.” (Knight, 2020, p. 27, apud Hudzik, 2011, p. 6)²

Por último, a “internacionalização do currículo”, termo definido por Leask (2015), é frequentemente citado:

“Internationalization of the curriculum is the incorporation of international, intercultural and/or global dimensions into the content of the curriculum as well as

² Tradução nossa: “compromisso confirmado através da ação para infundir perspectivas internacionais e comparativas no conjunto das missões de ensino, pesquisa e serviço da educação superior. Ela molda o *ethos* e os valores institucionais e diz respeito a toda educação superior. É essencial que seja adotada pelo líder da instituição, governo, professores, estudantes, e todo o serviço acadêmico e unidades de suporte. Isso é um imperativo institucional, não apenas uma possibilidade desejável.”

the learning outcomes, assessment tasks, teaching methods and support services of a program of study.” (BEELEN E JONES, 2015, p. 61, apud LEASK, 2015, p. 9).³

Em consonância com a definição de Knight, Beelen e Jones (2015), buscaram expandir o conceito de internacionalização de forma mais inclusiva e acessível. Assim, os autores sistematizaram os princípios de Knight, expandidos pela definição da internacionalização compreensiva de Hudzik e adicionaram a definição do processo de internacionalização do currículo, de Leask, para cunhar o conceito de internacionalização em casa.

Ao longo do tempo, a definição de internacionalização do ensino superior tem evoluído rapidamente. De acordo com Knight (2008), uma das principais referências do tema, a internacionalização está mudando a educação superior e a globalização está mudando a internacionalização. Em outras palavras, a internacionalização tem evoluído ao longo dos anos em resposta à globalização, que influencia os atores, as dinâmicas e até os objetivos da internacionalização.

Isso implica que, embora a definição da autora seja ampla, é apresentada de forma genérica, neutra e isenta de motivações específicas. Assim, outras definições surgiram para complementá-la, uma vez que a internacionalização é um processo dinâmico e em constante transformação.

A partir desse contexto, De Wit (2020) ressalta que o processo de evolução da internacionalização envolve uma constante redefinição de prioridades, que passam a refletir as novas demandas da sociedade. A exemplo disso, os desafios globais enfrentados atualmente - como as mudanças climáticas e crises humanitárias - estão influenciando as agendas dos países e suas instituições.

Nesse sentido, a internacionalização do ensino superior vem desempenhando um papel cada vez mais relevante ao alinhar-se com a Agenda 2030⁴ e os Objetivos de

³ Tradução nossa: “a internacionalização do currículo é a incorporação de uma dimensão internacional, intercultural e/ou global no conteúdo do currículo, assim como no ensino, avaliação, método de ensino, serviços de suporte, e programas de estudo.”

⁴ Esta agenda empenha-se em “acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares, até 2030; combater as desigualdades dentro dos países e entre eles; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e de seus recursos naturais”. (*United Nations*, 2015, p.3)

Desenvolvimento Sustentável (ODS⁵), contribuindo para a busca por soluções globais por meio da educação, da ciência e da cooperação internacional.

Segundo Rumbley (2015), embora a mobilidade internacional continue sendo o eixo central das discussões sobre internacionalização no ensino superior- evidenciada pelo crescimento constante do número de estudantes em mobilidade pelo mundo ⁶-, observa-se uma mudança significativa no foco de políticas e práticas institucionais.

Knight (2020) compreende que a educação superior reage a esses fatores externos, e a internacionalização tem papel de contribuir para enfrentar problemas que afetam a sociedade em uma escala global. Para ela, a internacionalização é um agente e, ao mesmo tempo, um reator para essas mudanças.

Observa-se que existem múltiplas interpretações, que Knight (2020) resume dividindo a internacionalização em dois pilares: internacionalização em casa (IeC) e internacionalização no exterior. Segundo Beelen e Jones (2015, apud Knight, 2006), a autora afirma que a internacionalização no exterior, consiste em todas as formas de educação internacional, como mobilidade acadêmica de professores, programas, cursos, currículos e projetos, por outro lado, a internacionalização em casa compreende atividades diversas que ajudam a desenvolver habilidades interculturais e que introduzem a dimensão internacional na cultura local, na pesquisa, no ensino, no processo de aprendizagem e nas atividades universitárias.

Sendo assim, os autores afirmam que temas antes periféricos passam a ocupar um lugar de destaque nas agendas das universidades, como a valorização da “internacionalização em casa”, o fortalecimento de parcerias internacionais mais sólidas e sustentáveis, e o crescente interesse em promover experiências acadêmicas internacionalizadas, também para aqueles que não se deslocam fisicamente.

Em suma, observa-se então, que a internacionalização deixou de ser compreendida apenas como mobilidade acadêmica ou cooperação entre instituições, passando a incluir aspectos como currículo, políticas institucionais, responsabilidade social global e o papel das universidades na promoção da equidade e da cidadania global.

⁵ “Trata-se de objetivos e metas universais que se aplicam ao mundo todo, tanto aos países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento.” (*United Nations*, 2015, p.3)

⁶ Segundo o relatório *Education at Glance* (2024), entre 2013 e 2022, com ressalvas para a Nova Zelândia, o número de matrículas de estudantes internacionais aumentou em todo o mundo.

3 ANÁLISE DE CONTEÚDO: POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO EM UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORTE E NORDESTE

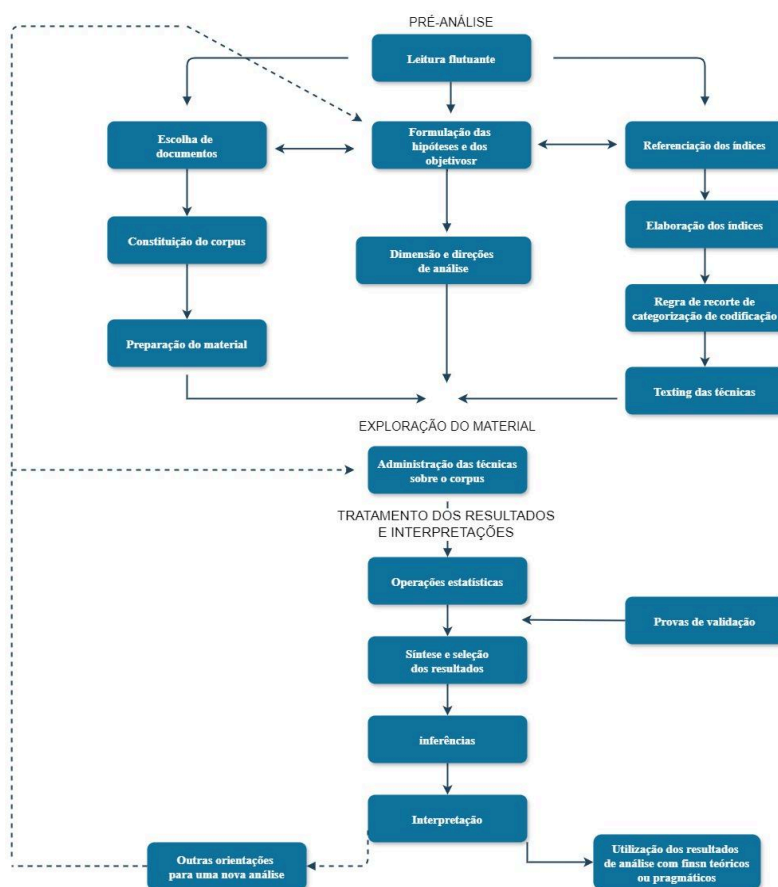
3.1 Análise de conteúdo: pré-análise e exploração do material

De acordo com Silva e Hernández (2020), enquanto técnica metodológica, a análise de conteúdo pode ser realizada de muitas formas, sobretudo, porque analisar os conteúdos depende do objeto de estudo e das escolhas feitas pelo pesquisador. As autoras explicam que a análise tem a intenção de transformar o conteúdo em dados quantitativos para depois analisar de forma qualitativa.

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo segue procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo para obter indicadores que permitam fazer inferências sobre os conteúdos analisados, isto é, essa explora documentos com a finalidade de identificar os principais temas ou conceitos.

Conforme propõe a autora, a análise de conteúdo pode ser sintetizado em três etapas explicadas no diagrama de Bardin: pré-análise, que consiste na escolha e organização do material; exploração do material, que essencialmente é uma operação de, codificação ou classificação em função de regras formuladas previamente; tratamento dos resultados, que trata os resultados significativos e válidos, condensando as informações para serem interpretados.

Figura 3.1.1- Diagrama de Bardin



Fonte: elaboração própria adaptado de Bardin (1977).

Durante a etapa de pré-análise, a autora instruiu a formulação de hipóteses e objetivos úteis para orientar e ajudar, de forma mais rigorosa, a definir o *corpus* que será selecionado. Assim, o processo de leitura foi guiado pela curiosidade de verificar a hipótese de que as políticas de internacionalização são orientadas pela abordagem tradicional. Sendo assim, para confirmar ou negar a hipótese, a análise focou em demonstrar quais são os princípios políticos dominantes nas políticas de internacionalização. Segundo Bardin (1977), as hipóteses não são obrigatórias para proceder a análise, contudo, pode ser importante para orientar a análise.

Para melhor compreensão, o diagrama de Bardin desmembra as três principais etapas em ações mais específicas. Segundo a figura 3.1.1, a primeira atividade é a leitura flutuante, que consiste na leitura geral dos documentos para identificar termos recorrentes e ausência de termos, pois ausência também é um dado analítico. Assim, essa etapa focou em estabelecer contato com Planos de Desenvolvimento Institucional, Instruções Normativas, Resoluções e Planos de Internacionalização das universidades federais do Norte e Nordeste.

Na atividade de escolha de documentos, Bardin (1977) orienta seguir algumas regras para construir um *corpus*, entendido como conjunto de documentos que serão submetidos a análise. As regras incluem **exaustividade**, que se traduz na inclusão de todos os documentos do mesmo gênero, prezando pela não-seletividade; **representatividade**, que trata a necessidade de produzir uma amostra que represente o universo inicial; **homogeneidade** alude ao rigor em escolher documentos homogêneos baseado nos mesmos critérios de escolha; **pertinência**, refere-se a adequação dos documentos retidos. Sendo assim, ao aplicar as regras, ficou estabelecido que apenas Resoluções que instituem a Política de Internacionalização serão analisadas.

Dando sequência às etapas, segue as ações de referenciação e elaboração dos índices requer a organização sistemática do texto em indicadores. Em Bardin (1977), um índice é definido como uma menção de um tema, que possui mais importância para o locutor, em um texto. Nesse contexto, a importância pode ser determinada pela frequência de repetição. Assim, foi realizada a preparação do material, onde os documentos foram reunidos e os índices foram selecionados para a próxima etapa.

A próxima etapa, de acordo com Bardin (1977), é a codificação que consiste na transformação dos dados brutos em unidades, efetuada seguindo regras, que permitem descrever características do conteúdo de forma sistemática e curta. Para uma análise quantitativa e categorial, a codificação deve considerar o recorte, a enumeração e a classificação.

Para recortar o texto, Bardin (1977) explica que o critério de recorte é sempre de ordem semântica e requer recortar o texto em elementos completos, a partir da escolha de unidades de registro e de contexto. Nesse caso, realizou-se uma análise temática, que requer descobrir núcleos de sentido, cuja presença ou ausência tem significado para o objetivo analítico. Assim, o tema, como unidade de significado, guiará a leitura para recortar o texto em ideias que orientam os princípios políticos dos textos.

A unidade de registro ou significado visa a categorização e a contagem de frequência, podendo ser feito através de recortes a nível linguístico (palavra ou frase) ou semântico (tema). O tema foi o mais adequado para este trabalho pois, como unidade de significado, revela a teoria por trás da leitura e permite o recorte do texto em ideias constituintes, proposições ou enunciados que podem portar significados isolados.

Por sua vez, a unidade de contexto oferece compreensão do significado exato da unidade de registro, podendo ser uma frase que faz referência ao contexto do tema, nesse

sentido, a Resolução que institui a Política de Internacionalização foi a unidade de contexto definida para este trabalho.

Na regra de enumeração será considerado a presença e a ausência, que funcionam como indicadores. Com base nos indicadores, foram calculados uma medida frequencial com o mesmo peso para todas as aparições ou ausências, logo, quanto maior a repetição, maior a importância.

Em conformidade com as orientações de Bardin (1977), a próxima etapa utiliza a regra de categorização, que é um processo estruturante que organiza elementos em comum, utilizando os critérios previamente definidos, por exemplo, foram escolhidas três subcategorias, “internacionalização tradicional”, “internacionalização em casa”, e “internacionalização inclusiva”, e cada uma delas agrupa dois termos relacionados, que foram selecionados, posteriormente, baseados na quantidade de repetição.

Para a autora, para que as categorias sejam boas elas precisam considerar algumas regras: um elemento só pode ser classificado em uma categoria (exclusão mútua); uma única regra de classificação (homogeneidade); um elemento está adequado aos objetivos (pertinência); fidelidade para reduzir distorções causadas por subjetividade (objetividade); elementos precisam produzir resultados (produtividade).

A próxima etapa é a exploração do material, que estuda mais profundamente o *corpus* com a finalidade de estabelecer unidades de registro e unidades de contexto. A unidade de registro é a menor parte do conteúdo, registrada de acordo com as categorias levantadas. Dessa forma, foi escolhido termos-chave, demonstrados no quadro abaixo, como tema da unidade de registro.

O próximo passo segue a definição da unidade de contexto, que fornece significado às unidades de análise e ajuda a construir eixos temáticos ao agrupar temas a partir de confluências e disparidades. Abaixo segue um quadro que resume os índices e categorias.

Quadro 3.1.1- Codificação

Categoria	Subcategoria	princípios	códigos
Nordeste	Internacionalização tradicional	mobilidade acadêmica	TD-MOB
		rankings	TD-RNK
	internacionalização em casa	mobilidade virtual	CS-MVT
		internacionalização do currículo	CS-CRL
	Internacionalização inclusiva	justiça social	IN-JSC
		acesso especial	IN-AEP
Norte	Internacionalização tradicional	mobilidade acadêmica	TD-MOB
		rankings	TD-RNK
	internacionalização em casa	mobilidade virtual	CS-MVT
		internacionalização do currículo	CS-CRL
	Internacionalização inclusiva	justiça social	IN-JSC

Fonte: elaborado pelo autor

O quadro acima apresenta o resultado depois de aplicadas todas as regras da etapa de pré-análise. Na prática, para formar os índices, foi definido alguns termos para serem agrupados em categorias e subcategorias. Assim sendo, para alcançar os objetivos do trabalho, foi estabelecido a primeira coluna, Norte e Nordeste, como unidades de contexto, os modelos de internacionalização como categorias, e os princípios como unidades de registro.

A segunda coluna, princípios políticos, é constituída por “internacionalização tradicional”, ”internacionalização em casa”, e “internacionalização inclusiva”. Elas foram definidas previamente, e estão alinhadas com o objetivo de investigar quais os princípios políticos são adotados, enquanto a última coluna mostra os códigos gerados a partir das categorias estabelecidas.

3.2 Tratamento dos resultados

Após todas as etapas, verificou-se que somente 55% das universidades federais do Nordeste possuem Resoluções que instituem políticas de internacionalização, enquanto apenas 27,3% das universidades federais da região Norte possuem uma política de internacionalização institucionalizada, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 3.2.1- Resoluções encontradas

Região	Universidades Federais	Com Política de Internacionalização	Sem Política de Internacionalização	Percentual
Nordeste	20	11	9	55%
Norte	11	3	8	27,3%

Fonte: elaborado pelo autor

O quadro acima destaca a região Norte, onde o processo de busca por políticas de internacionalização analisou todas as 11 universidades federais, porém, documentos que instituem uma política de internacionalização foram localizados em apenas três universidades, sendo uma no estado do Pará, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e duas no estado do Tocantins, na Universidade Federal do Tocantins e na Universidade Federal do Norte do Tocantins.

No total, o processo de seleção dos documentos resultou em 14 resoluções que instituem a política de internacionalização em universidades federais do Norte e Nordeste, sendo 2018 o ano de criação da mais antiga, o que expõe que a internacionalização é fato recente para as universidades destas regiões.

Em sequência, as universidades que possuem política de internacionalização foram submetidas a análise dos princípios que orientam suas políticas. Para abranger o maior número possível de resultados, a triagem considerou termos relacionados, sinônimos e palavras com significados próximos, por exemplo, para “justiça social” foi considerado palavras como social/democratização/responsabilidade social, e para “acesso”, foi considerado ingresso e editais, programas específicos.

Ao interrelacionar os valores da coluna frequência de repetição de cada código, foi possível identificar os princípios políticos que mais se repetem em cada documento. A predominância política foi estabelecida, primeiramente, pela soma dos princípios de cada categoria (Internacionalização tradicional, Internacionalização em casa, Internacionalização inclusiva), para então cruzar os resultados comparando e agrupando os valores de cada categoria, em ordem decrescente.

Quadro 3.3.2- Frequência das categorias

Universidades	Categorias	Frequência
UFDPAR	Internacionalização tradicional	5
	Internacionalização em casa	3
	Internacionalização inclusiva	2
UFCA	Internacionalização tradicional	7
	Internacionalização em casa	0
	Internacionalização inclusiva	3
UFSB	Internacionalização tradicional	9
	Internacionalização em casa	1
	Internacionalização inclusiva	4
UFBA	Internacionalização tradicional	9
	Internacionalização em casa	1
	Internacionalização inclusiva	4
UFRB	Internacionalização tradicional	8
	Internacionalização em casa	8
	Internacionalização inclusiva	5
UFSB	Internacionalização tradicional	9
	Internacionalização em casa	1
	Internacionalização inclusiva	4
UFMA	Internacionalização tradicional	66
	Internacionalização em casa	14
	Internacionalização inclusiva	0

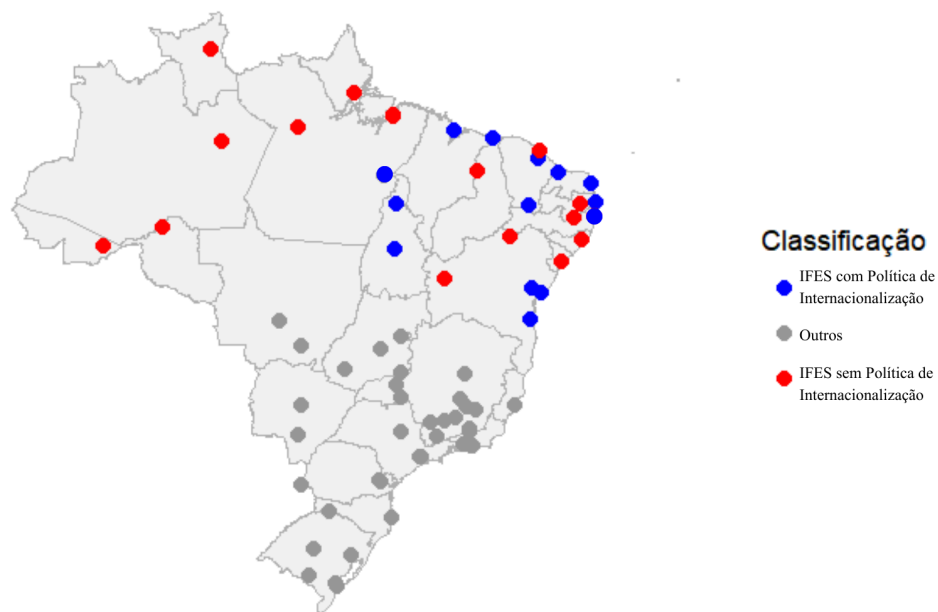
UFPB		
	Internacionalização tradicional	9
	Internacionalização em casa	4
	Internacionalização inclusiva	2
UFPE		
	Internacionalização tradicional	10
	Internacionalização em casa	8
	Internacionalização inclusiva	2
UFRN		
	Internacionalização tradicional	49
	Internacionalização em casa	0
	Internacionalização inclusiva	4
UFERSA		
	Internacionalização tradicional	0
	Internacionalização em casa	0
	Internacionalização inclusiva	0
UNILAB		
	Internacionalização tradicional	19
	Internacionalização em casa	6
	Internacionalização inclusiva	0
UFT		
	Internacionalização tradicional	0
	Internacionalização em casa	0
	Internacionalização inclusiva	0
UFNT		
	Internacionalização tradicional	15
	Internacionalização em casa	15
	Internacionalização inclusiva	0
UNIFESSPA		
	Internacionalização tradicional	8
	Internacionalização em casa	0
	Internacionalização inclusiva	0

Fonte: elaborado pelo autor

Segundo o quadro acima, é possível afirmar que a abordagem tradicional aparece com maior frequência na maioria das universidades analisadas, indicando que as instituições ainda priorizam estratégias que se baseiam principalmente na mobilidade acadêmica, com destaque para UFMA com 66 ocorrências e UFRN com 49.

Além disso, o quadro revela que a internacionalização em casa aparece como segunda principal abordagem, sendo a principal abordagem na UFRB e UFNT. Por último, a internacionalização inclusiva possui frequência significativamente menor, possuindo zero ocorrência na UNIFESSPA, UFNT, UFT, UNILAB, UFERSA e UFMA.

Figura 3.2.1- Mapeamento das universidades com políticas de internacionalização



Fonte: elaborado pelo autor a partir do R utilizando o pacote Natural Earth.

Por fim, a figura 3.2.1 ajuda a visualizar a distribuição territorial de todas as 69 universidades federais brasileiras, com destaque para as regiões Norte e Nordeste. Ao observar o mapa fica mais fácil observar as assimetrias entre as regiões, e fica mais fácil identificar quais estados não possuem política de internacionalização.

Em suma, as universidades em cinza representam as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, as universidades marcadas em vermelho, indicam universidades do Norte e Nordeste que não possuem política de internacionalização, e as universidades em azul, representam as 14 universidades que possuem política de internacionalização.

4 ANÁLISE DE INVESTIMENTO

A literatura sobre investimento em internacionalização apresenta muitas lacunas, sobretudo porque aborda o investimento como uma oportunidade de obter lucros financeiros para as instituições. Segundo Khalid et al. (2017), essa abordagem reforça a ideia de que a educação é uma mercadoria. Em outras palavras, os autores argumentam que a educação tem se tornado uma *commodity* internacional, isto é, um produto vendido para um consumidor que pretende ganhar um conjunto de habilidades.

De acordo com Bas, Boquera e Carot (2017) medir a internacionalização das instituições de ensino superior é um processo complexo, pois além da comparação de dados, muitos parâmetros devem ser levados em consideração. Nesse sentido, Khalid et al. (2017), reforça o argumento anterior, explicando que o investimento em internacionalização do ensino superior pode ser orientado por diferentes motivações e pode ter origem em diferentes *stakeholders*.

Diante desse quadro, segundo Knight (2014), o termo internacionalização está perdendo seu caminho. De acordo com Almeida, Santana e Lima (2020), Knight defende a preservação dos valores fundamentais que sustentam a internacionalização, a exemplo da cooperação, benefícios mútuos e capacitação.

Portanto, os objetivos concentram-se em demonstrar o volume de investimento e discutir se o orçamento destinado se relaciona aos objetivos que são anunciados nas políticas de internacionalização. Para tanto, foi feito um levantamento de dados utilizando o PLOA para coletar as informações orçamentárias de cada uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) do Norte e Nordeste.

4.2 Investimento das universidades

No Brasil, o orçamento das universidades públicas faz parte do orçamento da União, que é discutido e aprovado pelo Congresso Nacional. De acordo com o art. 55 da Lei nº 9394/1996, “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos provenientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por elas mantidas” (Brasil, 1996, p.18).

Todos os anos, o Poder Executivo e o Poder Legislativo definem a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima as receitas e fixa as despesas da União. A LOA está prevista no art. 165 da Constituição Federal, e obedece ao Plano Plurianual (PPA), que define programas

governamentais, objetivos estratégicos e metas, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta a elaboração da LOA ao definir prioridades para o ano seguinte.

Embora os recursos da educação não sejam repassados diretamente às universidades, e sim repassados pelo MEC, as IFES possuem autonomia para definir estratégias, metas e objetivos e, para decidir como é aplicado os recursos aprovados para cada exercício financeiro. No geral, os recursos são aplicados alinhando demandas nacionais do governo com o contexto local e particularidade de cada universidade.

Durante a etapa de pesquisa, após a primeira busca, constatou-se que os dados estavam segmentados, sendo assim, as próximas buscas sucederam em diferentes plataformas oficiais do governo, como o site do MEC, Senado e o site do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), onde finalmente foram acessados o Volume I dos PLOA, e onde os dados sobre a internacionalização foram encontrados, porém somente para 2024 e 2025.

Todavia, embora o Volume I do PLOA (2024) represente o início da inclusão da internacionalização no orçamento das universidades, os dados apresentados foram divididos por estado e não por universidade. Diante disso, foi necessário recorrer ao Portal da Transparência para calcular os valores empenhados para cada universidade federal analisada. Assim, a busca foi realizada utilizando os filtros de “Período”, “Ação Orçamentária”, “Órgão” e “Valor empenhado”.

De forma mais detalhada, no filtro “Ação Orçamentária” foi pesquisado por 21GS-Internacionalização da Educação Superior, em seguida foi o filtro “Órgão” permitiu selecionar todas as universidades, 10 por vez, e, por último, foi definido o período, realizando a busca por cada ano individualmente, para prevenir que qualquer universidade ou ano fosse esquecido.

Por fim, depois de realizar uma busca minuciosa, percebeu-se que os valores coletados para 2024, através do Portal da Transparência, estão incompletos. Na região Norte, por exemplo, apenas cinco universidades apresentaram orçamento para a internacionalização, o que pode prejudicar uma interpretação mais profunda dos dados.

Para atingir os objetivos propostos, o estudo analisa o investimento de todas as universidades federais do Norte e Nordeste, repassados a partir do orçamento do Ministério da Educação (MEC), com dados extraídos do relatório do Projeto de Lei Orçamentária Anual-PLOA, que correspondem aos valores investidos em internacionalização nas universidades selecionadas. Para fins do estudo foi pesquisado e analisado o investimento entre 2015 e 2025, porém a busca revelou que a inclusão da internacionalização no orçamento da União aconteceu pela primeira vez em 2024.

Em decorrência das limitações impostas pela insuficiência de dados, as técnicas estatísticas precisaram ser adaptadas. Dessa forma, após coletar os dados, foi aplicado técnicas de medida de posição, como a média e mediana para organizar e interpretar os valores analisados.

Para resumir as informações das variáveis quantitativas, foi utilizado medidas de posição central e dispersão, como média e mediana e desvio padrão, que, segundo Barbetta (2008) são indicadas para descobrir a dispersão de um conjunto de valores. Em suma, segundo Barbetta (2008) a média é calculada, conforme a fórmula (1), pela soma de todos os valores dividida pela quantidade dos valores observados, enquanto a mediana é calculada encontrando o valor central divide a sequência, organizada em ordem crescente, assim, para valores ímpares é utilizado a fórmula (2), e para valores pares é aplicado a fórmula (3), como mostra as fórmulas abaixo.

$$\text{Média, } \bar{x} = \frac{\sum x}{n} \quad (1)$$

$$\text{Mediana ímpar, } x\left(\frac{n+1}{2}\right) \quad (2)$$

$$\text{Mediana par, } \frac{x\left(\frac{n}{2}\right) + x\left(\frac{n}{2} + 1\right)}{2} \quad (3)$$

A tabela abaixo mostra a distribuição do orçamento do Ministério da Educação para o exercício financeiro de 2025 em comparação com 2024. Como pode ser visualizado, houve um aumento do orçamento em relação ao ano anterior, que pode estar relacionado a introdução do código 21GS.

Tabela 4.2.1- Distribuição do orçamento do MEC em 2024 e 2025

Grupos	UO	PLOA 2024	PLOA 2025	Participação %
FNDE	1	72.854,90	78.452,10	39,1
IFES	69	58.945,50	61.145,50	30,5
IFETs	40	20.672,50	21.814,00	10,9
Adm. Direta	1	5.244,20	14.940,10	7,5
EBSERH	1	8.076,60	9.147,90	4,6
HUs	33	6.769,20	6.932,40	3,5
CAPES	1	5.404,00	5.340,60	2,7
Demais	5	2613,70	2.717,80	1,4
Total	151	180.580,60	200.490,40	100

Fonte: adaptado de PLOA 2024 e 2025

O ano de 2025 foi definido como amostra, sobretudo porque é o ano em que efetivamente houve a primeira menção à internacionalização do ensino superior no PLOA. A tabela acima mostra que, para as IFES, o PLOA 2025 destinou cerca de R\$61,1 bilhões, ou

30,5% dos recursos totais do MEC para a educação superior, identificado, na tabela, pelo grupo de 69 IFES.

O documento intitulado “Volume 1” mostra que o MEC destinou R\$12.647.142,00 para o código 21GS- Internacionalização da Educação Superior em 2025, e R\$11.209.283 em 2024. Desse total, R\$3.618.109,00, ou cerca de 28% foi distribuído entre as universidades do Norte e Nordeste em 2025 e em 2024, o volume alcançou R\$2.782.148,00 ou 25% do total para seus respectivos anos.

Tabela 4.2.2- Distribuição do investimento por estado

Região	Estados	2024	2025
Nordeste	Maranhão	R\$ 250.156,00	R\$ 250.156,00
	Piauí	R\$ 65.858,00	R\$ 66.858,00
	Ceará	R\$ 400.677,00	R\$ 430.077,00
	Rio Grande do Norte	R\$ 234.054,00	R\$ 234.054,00
	Paraíba	R\$ 158.884,00	R\$ 158.884,00
	Pernambuco	R\$ 264.051,00	R\$ 392.451,00
	Alagoas	R\$ 401.845,00	R\$ 401.845,00
	Sergipe	R\$ 85.876,00	R\$ 85.876,00
	Bahia	R\$ 404.754,00	R\$ 933.954,00
Norte	Rondônia	R\$ 28.436,00	R\$ 40.000,00
	Acre	R\$ 32.177,00	R\$ 32.177,00
	Amazonas	R\$ 114.167,00	R\$ 114.167,00
	Roraima	R\$ 18.356,00	R\$ 18.356,00
	Pará	R\$ 185.441,00	R\$ 185.441,00
	Amapá	R\$ 41.762,00	R\$ 101.762,00
	Tocantins	R\$ 95.654,00	R\$ 111.690,00
Total		R\$ 2.782.148,00	R\$ 3.557.748,00

Fonte: elaborado pelo autor a partir do PLOA 2024 e 2025.

Ao aprofundar a busca por dados sobre o investimento em internacionalização do ensino superior, encontrou-se os valores disponibilizados pela união, para os anos de 2025 e 2024, que podem ser localizados através do código 21GS - Internacionalização da Educação Superior. A tabela acima apresenta um resumo dos recursos distribuídos para cada um dos 16 estados analisados, bem como suas respectivas taxas de crescimento.

4.3 Análise descritiva dos investimentos

Para esta seção, os resultados serão apresentados através das técnicas elencadas na seção anterior. Inicialmente, os resultados serão apresentados com a estatística descritiva e informações relevantes para auxiliar na melhor compreensão dos resultados. Primeiramente, a tabela abaixo mostra como o MEC distribuiu os recursos para cada estado em 2024 e 2025.

De forma geral, o Ministério da Educação investiu R\$11.209.283 em internacionalização em 2024 e, R\$12.647.142 em 2025. Quando comparado com os valores somados da região Norte e Nordeste, as regiões juntas receberam apenas 25% do valor em 2024 e 28% em 2025. Através da análise da taxa de crescimento calculada para os estados selecionados, infere-se que, comparado ao ano anterior, o governo aumentou em 28% o investimento para a internacionalização em 2025. No que tange a taxa de crescimento por estado, nove estados permaneceram sem variação de crescimento, enquanto Bahia e Amapá cresceram acima de 130% e, nenhum dos estados analisados apresentou crescimento negativo.

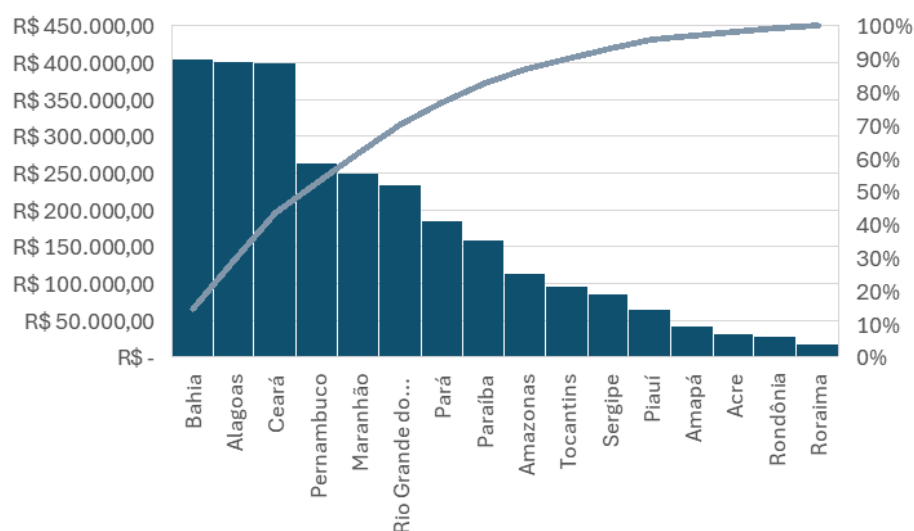
Tabela 4.3.1- Taxa de crescimento por IFES

Região	Estados	2024	2025	Var%
Nordeste	Maranhão	R\$ 250.156,00	R\$ 250.156,00	0%
	Piauí	R\$ 65.858,00	R\$ 66.858,00	2%
	Ceará	R\$ 400.677,00	R\$ 430.077,00	7%
	Rio Grande do Norte	R\$ 234.054,00	R\$ 234.054,00	0%
	Paraíba	R\$ 158.884,00	R\$ 158.884,00	0%
	Pernambuco	R\$ 264.051,00	R\$ 392.451,00	49%
	Alagoas	R\$ 401.845,00	R\$ 401.845,00	0%
	Sergipe	R\$ 85.876,00	R\$ 85.876,00	0%
	Bahia	R\$ 404.754,00	R\$ 933.954,00	131%
Norte	Rondônia	R\$ 28.436,00	R\$ 40.000,00	41%
	Acre	R\$ 32.177,00	R\$ 32.177,00	0%
	Amazonas	R\$ 114.167,00	R\$ 114.167,00	0%
	Roraima	R\$ 18.356,00	R\$ 18.356,00	0%
	Pará	R\$ 185.441,00	R\$ 185.441,00	0%
	Amapá	R\$ 41.762,00	R\$ 101.762,00	144%
	Tocantins	R\$ 95.654,00	R\$ 111.690,00	17%
Total		R\$ 2.782.148,00	R\$ 3.557.748,00	28%

Fonte: elaborado pelo autor a partir do PLOA 2024 e 2025.

Abaixo, o Gráfico 4.3.1, resume visualmente as informações demonstradas na tabela acima. As barras mostrando valor individual para cada estado, enquanto a linha mostra a porcentagem de acumulação, isto é, Bahia, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Norte representam cerca de 80% de todo o investimento.

Gráfico 4.3.1- Concentração de investimento por Estado



Fonte: elaborado pelo autor.

Contudo, no que se refere a distribuição dos recursos entre as instituições, os dados para 2024 são inconclusivos, pois foi verificada divergência ao comparar os dados do PLOA 2024 e do Portal da Transparência. Sendo assim, optou-se por analisar a distribuição somente em 2025. Assim, na região Norte, apenas 10 universidades federais receberam recursos provenientes do MEC para financiar a internacionalização.

Tabela 4.3.2- Distribuição do investimento para IFES do Norte

Região	Municípios	Universidades	2025
Norte	Belém	UFPA	R\$ 133.750,00
	Boa Vista	UFRR	R\$ 18.356,00
	Palmas	UFT	R\$ 95.654,00
	Araguaina	UFNT	R\$ 16.036,00
	Belém	UFRA	R\$ 29.738,00
	Porto Velho	UNIR	R\$ 40.000,00
	Rio Branco	UFAC	R\$ 32.177,00
	Macapá	UNIFAP	R\$ 101.762,00
	Manaus	UFAM	R\$ 114.167,00
	Marabá	Unifesspa	R\$ 21.953,00
Total	9	10	R\$ 603.593,00

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do PLOA 2025

Observando os dados acima, é possível notar que, com exceção da UFOPA, todas as universidades do Norte receberam investimentos para internacionalização em 2025. Além disso, é constatado que os valores variam para cada instituição, com destaque para a Universidade Federal do Norte de Tocantins, que recebeu o menor investimento da região, e a Universidade Federal do Pará, que é a IFES que mais recebeu investimento em 2025.

Tabela 4.3.3- Distribuição do investimento para IFES do Nordeste

Região	Municípios	Universidades	2025
Nordeste	Petrolina	Univasf	R\$ 21.681,00
	Maceió	UFAL	R\$ 401.845,00
	Salvador	UFBA	R\$ 687.449,00
	Cruz das Almas	UFRB	R\$ 220.000,00
	Barreiras	UFOB	R\$ 13.899,00
	Itabuna	UFSB	R\$ 12.606,00
	Fortaleza	UFC	R\$ 416.312,00
	Juazeiro do Norte	UFCA	R\$ 13.765,00
	João Pessoa	UFPB	R\$ 100.871,00
	Recife	UFRPE	R\$ 47.237,00
	Garanhuns	UFAPE	R\$ 6.814,00
	Recife	UFPE	R\$ 338.400,00
	Natal	UFRN	R\$ 181.717,00
	Mossoró	UFERSA	R\$ 52.337,00
	Campina Grande	UFCG	R\$ 58.013,00
	São Luís	UFMA	R\$ 250.156,00
	Teresina	UFPI	R\$ 66.858,00
	São Cristóvão	UFS	R\$ 85.876,00
	Redenção	UNILAB	R\$ 26.508,00
Parnaíba	UFDPAR	R\$ 12.172,00	
Total	19	20	R\$ 3.014.516,00

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do PLOA 2025

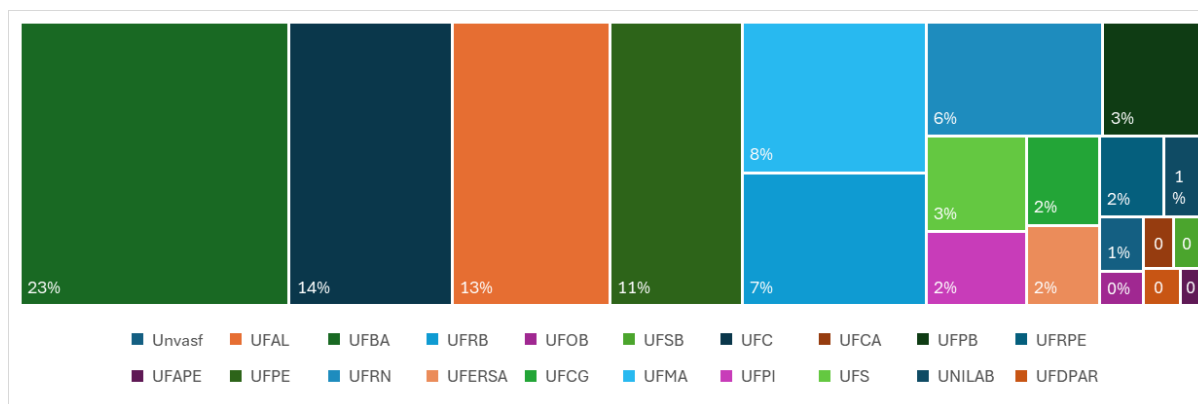
Da mesma forma, a tabela acima apresenta os valores repassados pelo MEC para a internacionalização das instituições federais de ensino superior do Nordeste. Analisando a tabela fica evidente que a UFBA se destacou no Nordeste, recebendo R\$687.449,00 e, se destacou no geral, recebendo um volume de investimento que supera até mesmo a soma de todas as universidades do Norte.

Outras informações relevantes foram extraídas calculando a média de investimento. Os dados mostram que as universidades do Nordeste receberam uma média de R\$150.725,80 por instituição. No entanto, o cálculo do desvio padrão mostra que os valores individuais se afastam R\$179.414,89 da média, isto é, a alta dispersão dos valores significa que a média não representa a realidade.

Além disso, o coeficiente de variação de 119% deixa claro que há forte assimetria na distribuição de investimento entre as universidades. Diante de um coeficiente de variação acima de 100%, foi necessário calcular a mediana, que mostrou que, na verdade, a maioria das universidades investem cerca de R\$63 mil, enquanto algumas investem muito acima, o que inflaciona os valores da média. Dessa maneira, os cálculos sugerem que há forte

heterogeneidade e concentração de recursos em poucas instituições do Nordeste, como pode ser melhor visualizado no gráfico abaixo.

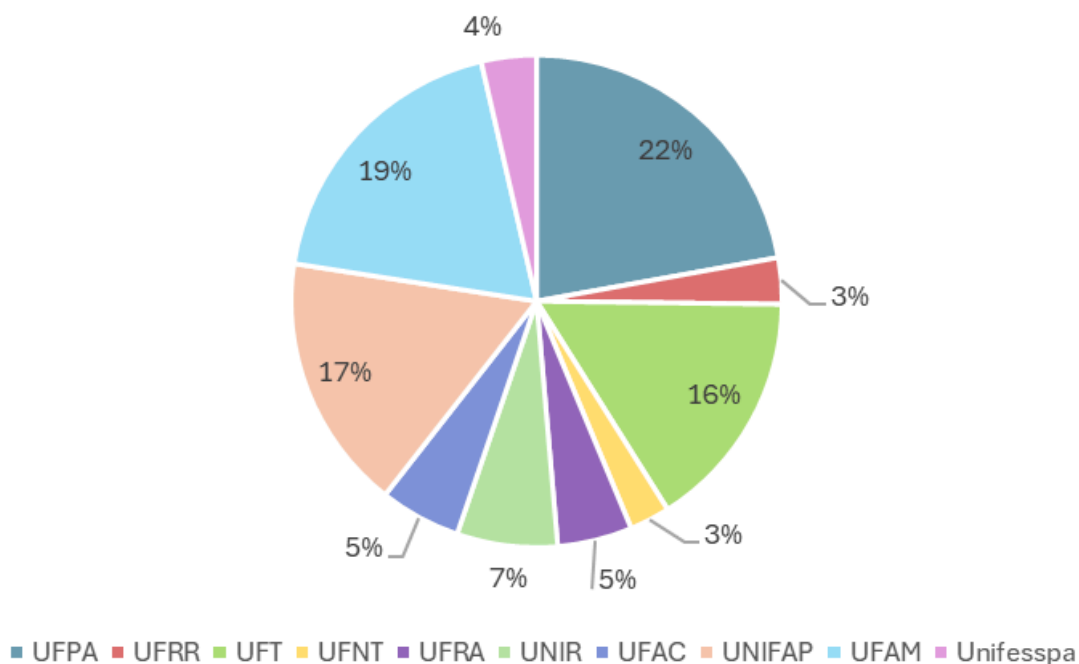
Gráfico 4.3.2- Taxa de participação de investimentos das IFES do Nordeste



Fonte: elaborado pelo autor.

Em contraste com a região Nordeste, a região Norte recebeu uma média de R\$60.359,30. Contudo, o desvio padrão indica que os valores individuais estão se afastando cerca de R\$43.118,03. Os dados nos levam a analisar o coeficiente de variação, que comprova a concentração de recursos em poucas instituições. O coeficiente de variação de 71% revela elevada dispersão dos investimentos, o que sugere ausência de padrão na distribuição e, portanto, concentração de recursos.

Gráfico 4.3.3- Taxa de participação de investimento das IFES do Norte.



Fonte: elaborado pelo autor a partir do PLOA 2025.

Em comparação com a taxa de participação do Nordeste, o gráfico acima confirma elevada dispersão dos valores, que também podem ser observados na taxa de participação do Norte, enfatizando que cerca de 74% do investimento está concentrado somente em quatro universidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar como a internacionalização e o investimento estão relacionados às abordagens de internacionalização adotada por cada instituição. Para isso, foram examinadas cada uma das 31 Universidades Federais da região Norte e Nordeste, a fim de analisar o conteúdo de suas políticas de internacionalização institucionalizadas e seus investimentos.

Ao analisar todas as 31 universidades federais do Norte e Nordeste, apenas 14, ou 45,16% apresentaram Resoluções que instituem uma Política de Internacionalização. Comparada a região Nordeste, a região Norte apresenta vantagens geográficas que facilitam sua inserção internacional através de suas fronteiras terrestres.

Nesse sentido, a hipótese elaborada antes de iniciar as leituras, pressupunha que as universidades da região Norte seriam mais internacionalizada, detendo maior aparato institucional, traduzidos através da políticas de internacionalização, sobretudo porque a região Norte tem sido a principal porta de entrada para pessoas internacionais, principalmente aquelas que buscam refúgio, o que gera oportunidade para atrair estudantes internacionais. Contudo, após uma busca preliminar esta hipótese foi descartada, pois apenas a UFT, UFNT e Unifesspa institucionalizaram a internacionalização em suas instituições.

No capítulo 3, a análise de conteúdo revelou que a internacionalização tradicional é dominante em todas as universidades observadas. Outro fato interessante mostra que há assimetrias dentro das próprias regiões. Enquanto na região Nordeste a institucionalização de políticas de internacionalização alcança 55%, na região Norte esse percentual cai para apenas 27,3%. Sendo assim, é possível concluir que a predominância da internacionalização tradicional significa, entre outras coisas, que a concepção de internacionalização ainda está fortemente ligada ao aspecto da mobilidade.

Para a análise de investimento, os resultados mostram evidências quantitativas de que o Norte é a região mais afetada pela desigualdade no que diz respeito aos investimentos em internacionalização. Embora o Norte possua vantagens geopolíticas, como suas extensas fronteiras internacionais e sua forte presença na agenda global, principalmente em temas ambientais e sobre refúgio, nesta região, observou-se os menores investimentos em internacionalização e menor taxa de universidades com política de internacionalização institucionalizada.

Já os resultados do Nordeste apontam que 25% do investimento nacional está distribuído entre as 20 IFES nordestinas. Notadamente, os dados mostram assimetrias entre a

distribuição dos valores dentro da própria região, onde, em 2025, o valor mais alto alcançou o montante de R\$687.449,00 (UFBA), e o valor mais baixo recebeu somente R\$6.814,00 (UFAPE).

Embora a literatura sobre internacionalização seja extensa, a maior parte dos estudos abordam a internacionalização como conceito, ou estratégia, deixando de lado a questão financeira. Além disso, no Brasil, até 2024, a internacionalização não aparecia como categoria orçamentária nos documentos oficiais do governo, o que pode estar relacionado à baixa produção sobre o tema.

Diante disso, esta pesquisa contribui de forma teórica para o debate atual sobre internacionalização do ensino superior, revelando a necessidade de diminuir as assimetrias entre as universidades federais do Norte e Nordeste. Outra contribuição visa preencher as lacunas na literatura referentes à análise orçamentária brasileira aplicada à política de internacionalização em universidades federais.

Sendo assim, esta pesquisa sugere que, independente da abordagem ou estratégia de internacionalização, é crucial institucionalizar políticas de internacionalização robustas com diretrizes inclusivas. Para isso, é preciso incluir as novas abordagens para a internacionalização, voltada para a redução das desigualdades e para a promoção do desenvolvimento global.

A elaboração do trabalho enfrentou diversas limitações, como dificuldade de encontrar dados relativos ao investimento, o que, na prática, significa que não foi possível obter conclusões precisas sobre investimento, pois ainda não é possível criar séries históricas robustas. Sendo assim, essa lacuna permanece para ser abordada em pesquisas futuras.

Outra oportunidade de estudo sugerido é fazer uma análise comparativa com outras regiões do Brasil. Adicionalmente, para obter resultados mais claros seria necessário uma parceria com escritórios de Relações Internacionais com o objetivo de descrever melhor como o investimento está sendo aplicado nas universidades,

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcia Cristina Alves dos Anjos, et al. **Internacionalizacao no Ensino Superior e o Brasil como Case Study**. Administração: Ensino e Pesquisa – RAEP, vol. 22, no. 1, Jan.-Apr. 2021, pp. 64+. Gale Academic OneFile, link.gale.com/apps/doc/A667589045/AONE?u=anon~28a93ba4&sid=googleScholar&xid=cafc8a93. Accessed 22 Feb. 2026.

BARBETTA, Pedro A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Editora UFSC. Florianópolis, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977

BARRETO, A. L.; FILGUEIRAS, C. A. L.. **Origens da Universidade Brasileira**. Química Nova, v. 30, n. 7, p. 1780–1790, 2007.

BEELEN, Jos; JONES, Elspeth. **Redefining internationalization at home**. In: CURAJ, Adrian et al. (org.). *The European higher education area: between critical reflections and future policies*. Cham: Springer, 2015. p. 59–72.

BISCHOFF, V.; MACHADO, M. A. **The internationalization of Brazilian higher education in the Dilma Rousseff government (2011-2014): The case of the Science without Borders program**. Education Policy Analysis Archives, [S. l.], v. 30, p. (125), 2022. DOI: 10.14507/epaa.30.6519. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6519>. Acesso em: 11 jan. 2026.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil

BRASIL. Decreto nº 29.741, de 11 de Julho de 1951. **Campanha Nacional De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior**. Diário Oficial da União: seção __, Brasília, DF, data de publicação. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=29741&ano=1951&ato=4ddITS610dFRVT40b>. Acesso em: 05 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – VII PNPG**. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I- Mont.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2025.

DE WIT, H., Jaramillo, I.C., Gacel-Ávila, J. y Knigth, J. **Higher education in Latin America: the international dimension**. 2005. World Bank. <https://bit.ly/3zMiGhf>

DE WIT, Hans. **Internationalization of higher education: the need for a more ethical and qualitative approach**. *Journal of International Students*, v. 10, n. 1, p. i–iv, 2020. DOI: <https://doi.org/10.32674/jis.v10i1.1893>.

FINARDI, K. **Abordagens Críticas/Decoloniais na Educação Superior: (In)Visibilidades nas/das Epistemologias de (Des)Construção das Internacionalizações**. Línguas & Letras. doi: 10.5935/1981-4755.20210005.

GOMES, V., MACHADO-TAYLOR, M. de L., & Saraiva, E. V. **O ensino superior no Brasil - breve histórico e caracterização.** *Ciência & Trópico*, Recife, v. 42, n.1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1647>>. Acesso em 3 maio, 2025.

GORTZ, M. S, CORREA, P. G. P., **Internacionalização do Ensino Superior no Brasil: Os limites dos programas nacionais para as instituições de pequeno porte.** *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. Macapá. v.16, n2, p. 1, 2025.

GUNNELL, K. E.; BELCOURT, V. J.; TOMASONE, J. R.; WEEKS, L. C. **Systematic review methods.** *International Review of Sport and Exercise Psychology*, p. 1–25, 2022. DOI: 10.1080/1750984X.2021.1966823. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1750984X.2021.1966823>. Acesso em: 22 fev. 2026.

HADDAWAY, N. R.; PAGE, M. J.; PRITCHARD, C. C.; McGUINNESS, L. A. **PRISMA2020: an R package and Shiny app for producing PRISMA 2020-compliant flow diagrams, with interactivity for optimised digital transparency and open synthesis.** *Campbell Systematic Reviews*, v. 18, e1230, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1002/cl2.1230>

HEINZLE, M. R. S.; PEREIRA, P. **Políticas de internacionalização em universidades fundacionais: produção intelectual, intercâmbio, currículo e internacionalização integral.** *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 31, n. 119, e0233354, 2023. DOI: 10.1590/S0104-40362023003103354. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003103354>. Acesso em: 11 jan. 2026.

HUDZIK, J. **Comprehensive Internationalization: From concept to action.** Washington, DC. USA: NAFSA, Association of International Educators, 2011.

KHALID, Jamshed; ALI, Anees Jane; ISLAM, Md Shamimul; KHALEEL, Muhammad; SHU, Qi Fang. **Internationalization as investment for higher education institutions: introducing a framework to enhance investment in internalization practices.** [S.l.]: [s.n.], 2017. [n. 2].

KNIGHT, J. **Is internationalisation of higher education having an identity crisis?** In:

MALDONADO-MALDONADO, A.; BASSETT, M. R. (Eds.). *The forefront of international higher education: a Festschrift in honor of Philip G. Altbach.* **Dordrecht:** Springer Netherlands, 2014. p. 75–87. DOI: 10.1007/978-94-007-7085-0_5.

KNIGHT, Jane. **Higher education in turmoil: the changing world of internationalization.** Rotterdam: Sense Publishers, 2008.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios.** 2. ed.; e-book/ Jane Knight - São Leopoldo: Oikos, 2020.

KNIGHT, Jane. *Internationalization remodeled: Definitions, rationales, and approaches.* **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004. DOI: 10.1177/1025315303260832

MIRANDA, José Alberto; BENTES, Jackson Luiz Nunes. *Internationalization of higher education and public policy: advances and setbacks in the strategic actions for the international integration of Brazilian universities.* **JANUS.NET, e-journal of International Relations**, vol. 16, n. 1, TD1 (Thematic Dossier – Internationalization of Higher Education):

Experiences and Challenges), 03 jun. 2025. DOI: 10.26619/1647-7251.DT0325.10. Disponível em: <https://janusnet-ojs.autonoma.pt/index.php/janus/article/view/211>. Acesso em: 11 jan. 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Education at a Glance 2024: OECD Indicators*. Paris: **OECD Publishing**, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1787/c00cad36-en>.

RODRIGUES, E; JÚNIOR, A. G; CABELLO, C. **Internacionalização da educação superior no Brasil: analisando as universidades federais**. 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/260978/2024045.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 25 abr. 2025.

RUMBLEY, L. Intelligent internationalisation: a 21st century imperative. **University World News**. 2015

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. 238 p. ISBN 9788523010423.

SIDDAWAY, A. P.; WOOD, A. M.; HEDGES, L. V. How to do a systematic review: a best practice guide for conducting and reporting narrative reviews, meta-analyses, and meta-syntheses. *Annual Review of Psychology, Palo Alto*, v. 70, p. 747–770, 4 jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-102803>. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010418-102803>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SILVA, D. C. da, & Hernández, L. G. Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa. 2020. **Revista Brasileira De Ciência Política**, (33), e218584. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.218584>

SINGH, V. K.; SINGH, P.; KARMAKAR, M.; LETA, J.; MAYR, P. The journal coverage of Web of Science, Scopus and Dimensions: a comparative analysis. **Scientometrics**, v. 126, n. 6, p. 5113–5142, 2021. DOI: 10.1007/s11192-021-03948-5. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-021-03948-5>. Acesso em: 22 fev. 2026.

UNITED NATIONS (UN). **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 1 mar. 2026.

VICK, T. *Research in Brazil towards international collaboration*. **Elsevier**, 2019.

WIELEWICKI, Hamilton de Godoy; OLIVEIRA, Marlize Rubin. **Internacionalização da educação superior: processo de Bolonha**. Ensaio: aval. pol. públ. educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 215-234, jun. 2023. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf>. acesso em 28 maio 2025.